



# *Considerações sobre a CPMF*



## **1. Por que a CPMF é importante?**

- **Equilíbrio Fiscal**
- **Redistribuição de renda**
- **Financiamento de Políticas Públicas (Saúde, Previdência e Fundo da Pobreza)**
- **Combate a sonegação e a lavagem de dinheiro**



## CPMF é Importante - Equilíbrio Fiscal

- O equilíbrio fiscal concorre para a elevação da confiança dos investidores (empresas, bancos, fundos de pensão, etc.) e redução da vulnerabilidade da nossa economia a choques externos. Vide turbulência recente.
- Contribui para a redução do risco país e dos juros internos e externos.
- O aumento de arrecadação dos últimos anos não torna a CPMF financeiramente dispensável porque quase a totalidade do aumento de arrecadação é absorvida:
  - pelas despesas obrigatórias
  - pelo aumento dos programas sociais
  - ou pelo aumento dos investimentos



## Vantagens da CPMF

- **Promove redistribuição de renda;**
- **Incidência universal (economia informal);**
- **Combate a lavagem de dinheiro;**
- **Combate a sonegação;**
- **Baixo impacto nos preços dos produtos;**
- **Facilidade de recolhimento (para o contribuinte) e facilidade de fiscalização.**



## Fim da CPMF comprometeria:

- **A estabilidade fiscal;**
- **Política de redução de juros;**
- **Exigiria um ajuste irracional de despesas em programas sociais e em investimentos (infra-estrutura, saneamento, habitação);**
- **O adicional de R\$ 24,0 bilhões da regulamentação da Emenda Constitucional / 29;**
- **O combate a sonegação e a lavagem de dinheiro.**



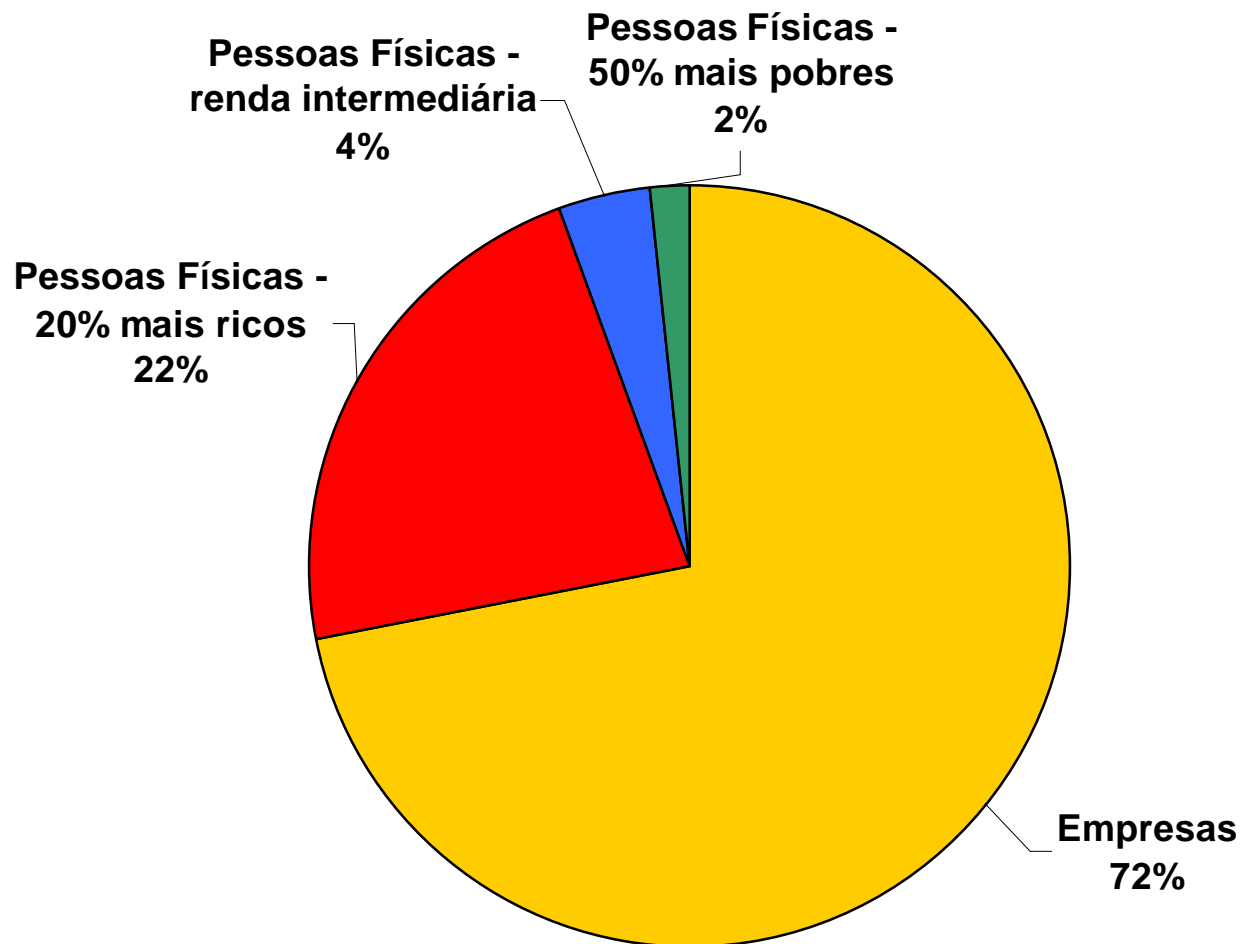
## **CPMF é redistributiva**

### **Redistribuição entre classes sociais**

- **72% da CPMF é arrecadada pelas empresas;**
- **Do total arrecadado pelas pessoas físicas, 17% são arrecadados entre as pessoas com renda anual superior R\$ 100 mil, ou seja, os 10% mais ricos;**
- **50% da classe mais pobre é responsável pelo pagamento de somente 2% da CPMF arrecadada;**
- **Além disso, os programas de transferência de renda e a previdência rural, focados nos brasileiros mais pobres, são financiados com recursos da CPMF.**



## CPMF é Redistributiva Redistribuição entre Classes Sociais

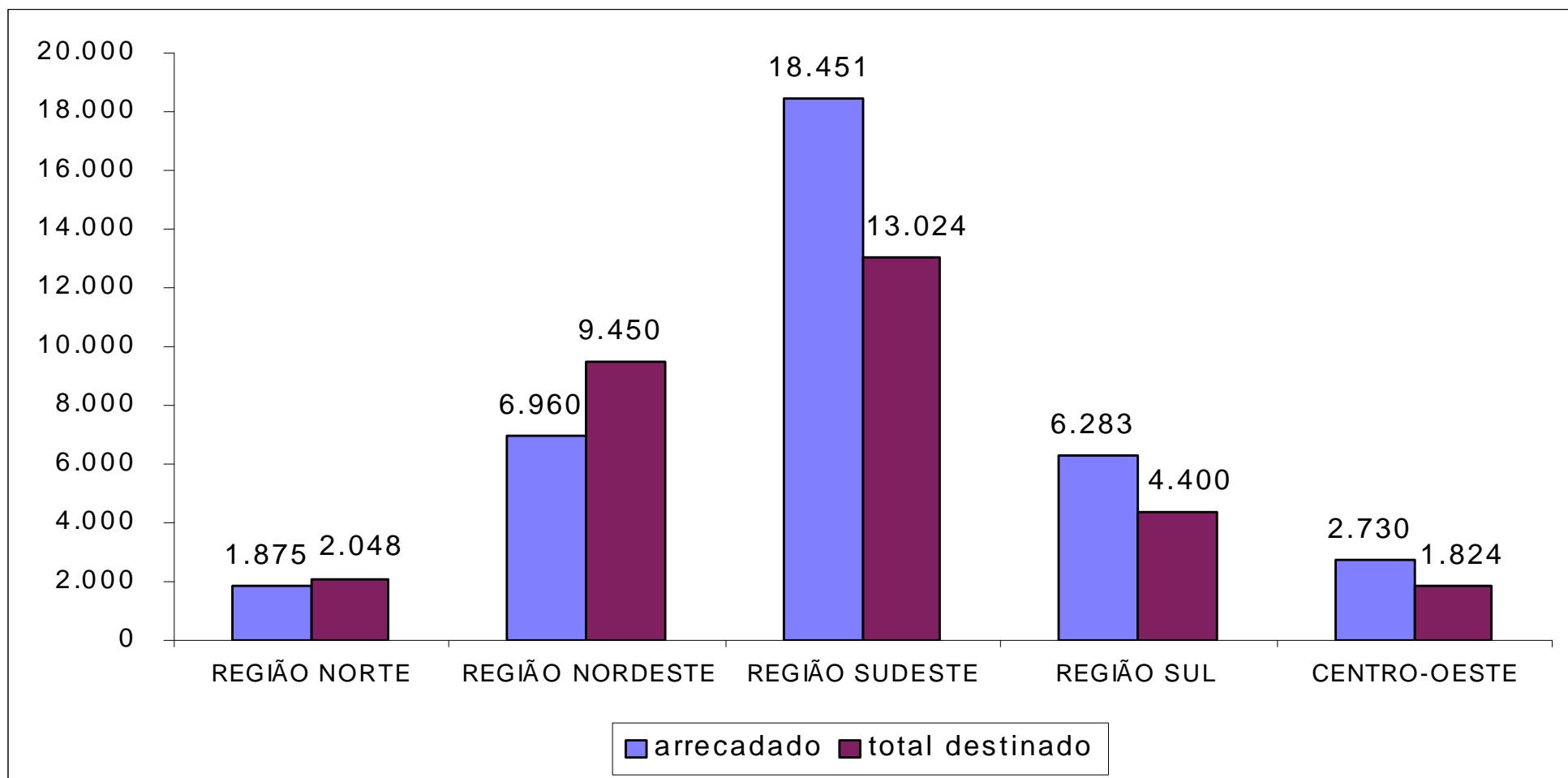


Observação: as estimativas apresentadas tomaram por base as informações acerca de rendimento das pessoas e dos domicílios levantados pela PNAD e os registros da SRFB relativamente aos valores arrecadados por faixa de renda dos contribuintes. Considerou-se também que uma parcela da população, de baixíssima renda, não tem acesso ao sistema financeiro.



# CPMF: Estimativa de arrecadação x Destinação por Região (excluída DRU) 2007

R\$ milhões



Fonte: RFB/ Ministério da Fazenda - MF

Elaboração: MF



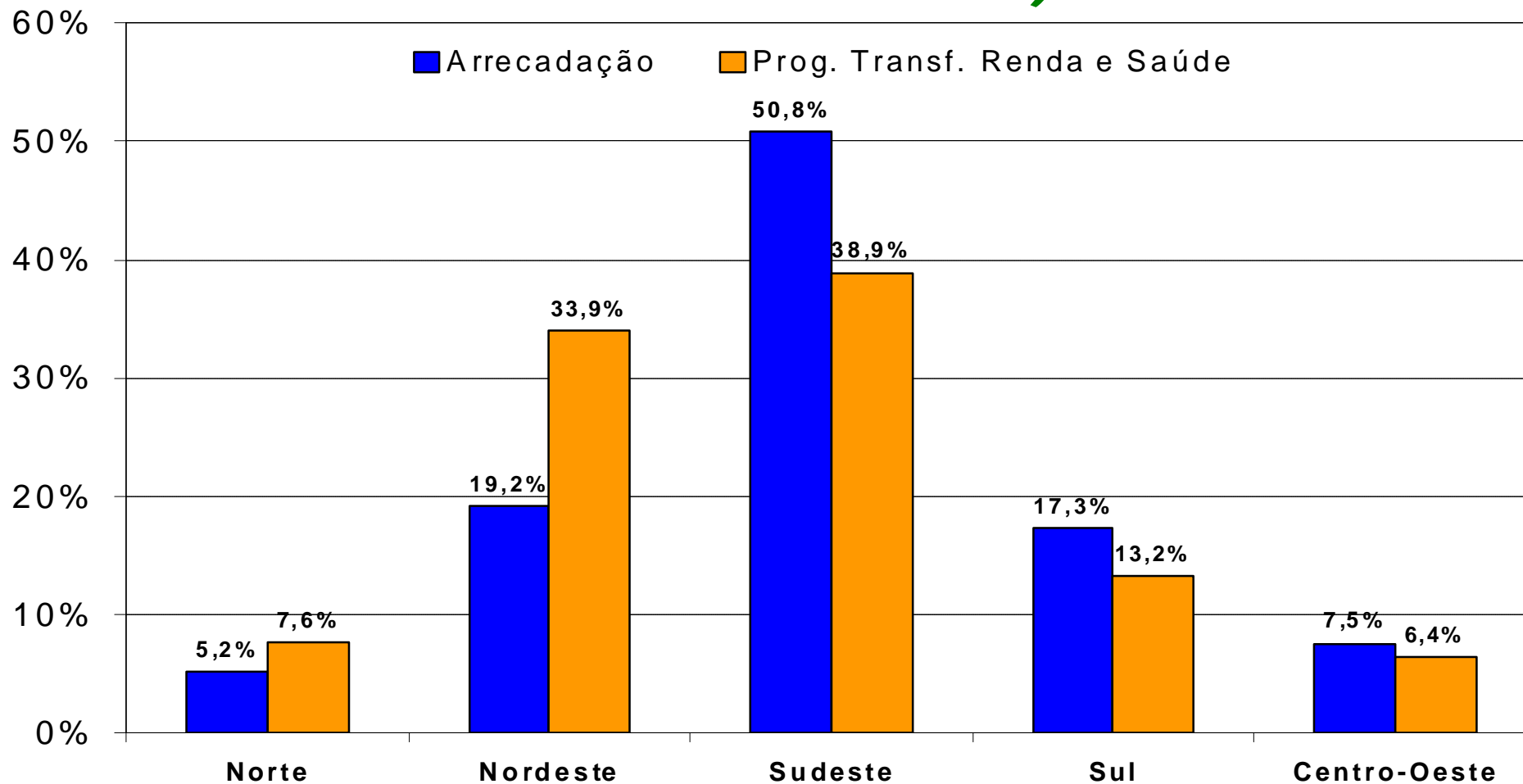
## **CPMF é Redistributiva Redistribuição Espacial**

- **As regiões norte e nordeste, as mais pobres, são responsáveis por 24% da arrecadação de CPMF, porém são beneficiadas por 42% dos recursos, que são direcionados à saúde e aos programas de transferência de renda;**
- **Os estados do CE, PI e MA, por exemplo, contribuem com 5,6% do total arrecadado e recebem 11,7% dos recursos da CPMF aplicados em saúde e no Bolsa-Família;**
- **Os estados do PA e AM são beneficiários de 5,2% dos recursos da CPMF para o Fundo de Combate à Pobreza e para o Fundo Nacional de Saúde e contribuem, no entanto, com 3,4% do total arrecadado**



# CPMF é Redistributiva

## Redistribuição Espacial (Fundo de Combate a Pobreza e Saúde)



Fonte: Ministério da Fazenda - MF

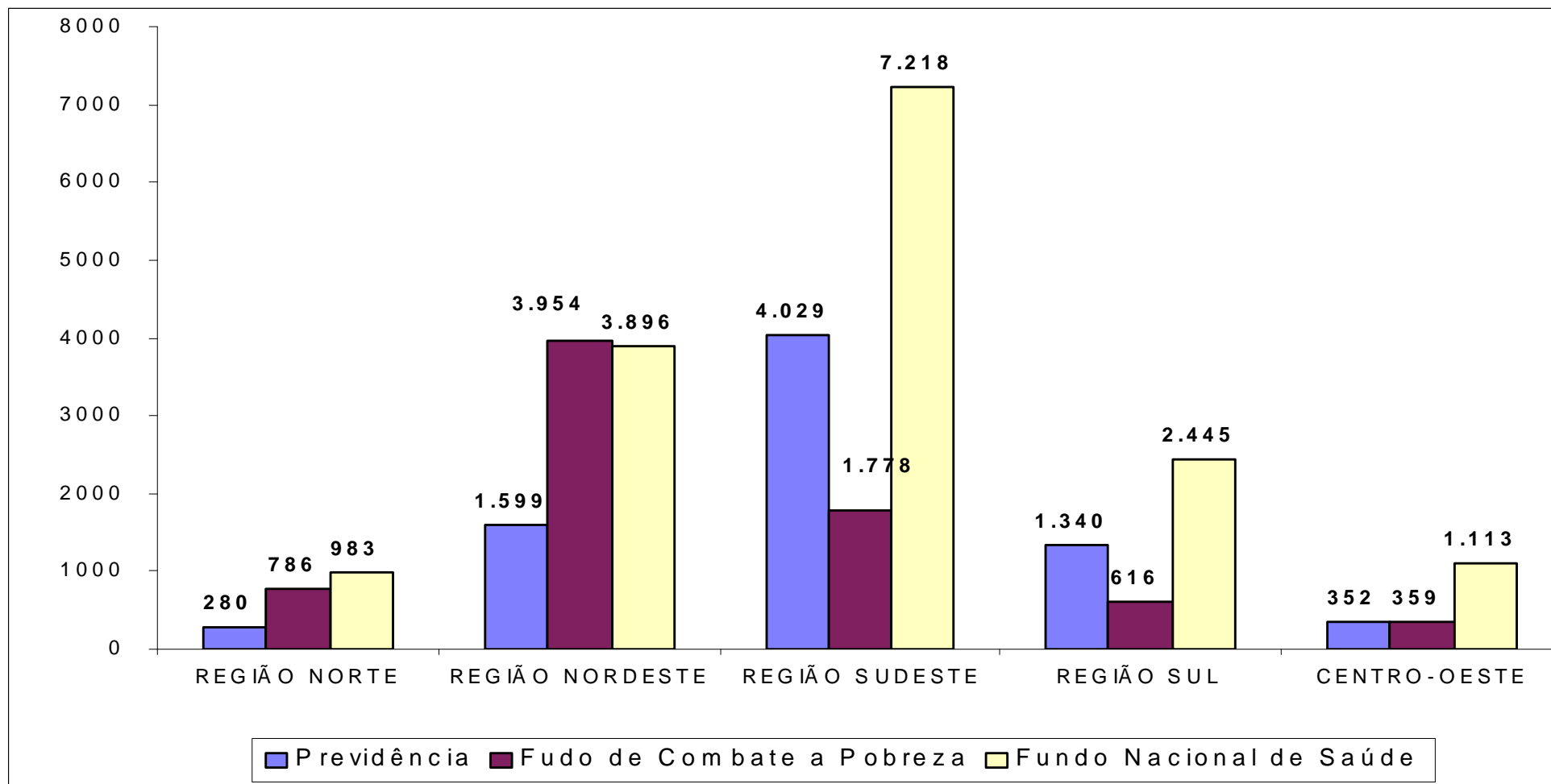
Elaboração: MF



# CPMF: Recursos previstos de destinação da CPMF por Região - 2007

(dados Tabela em anexo)

R\$ milhões

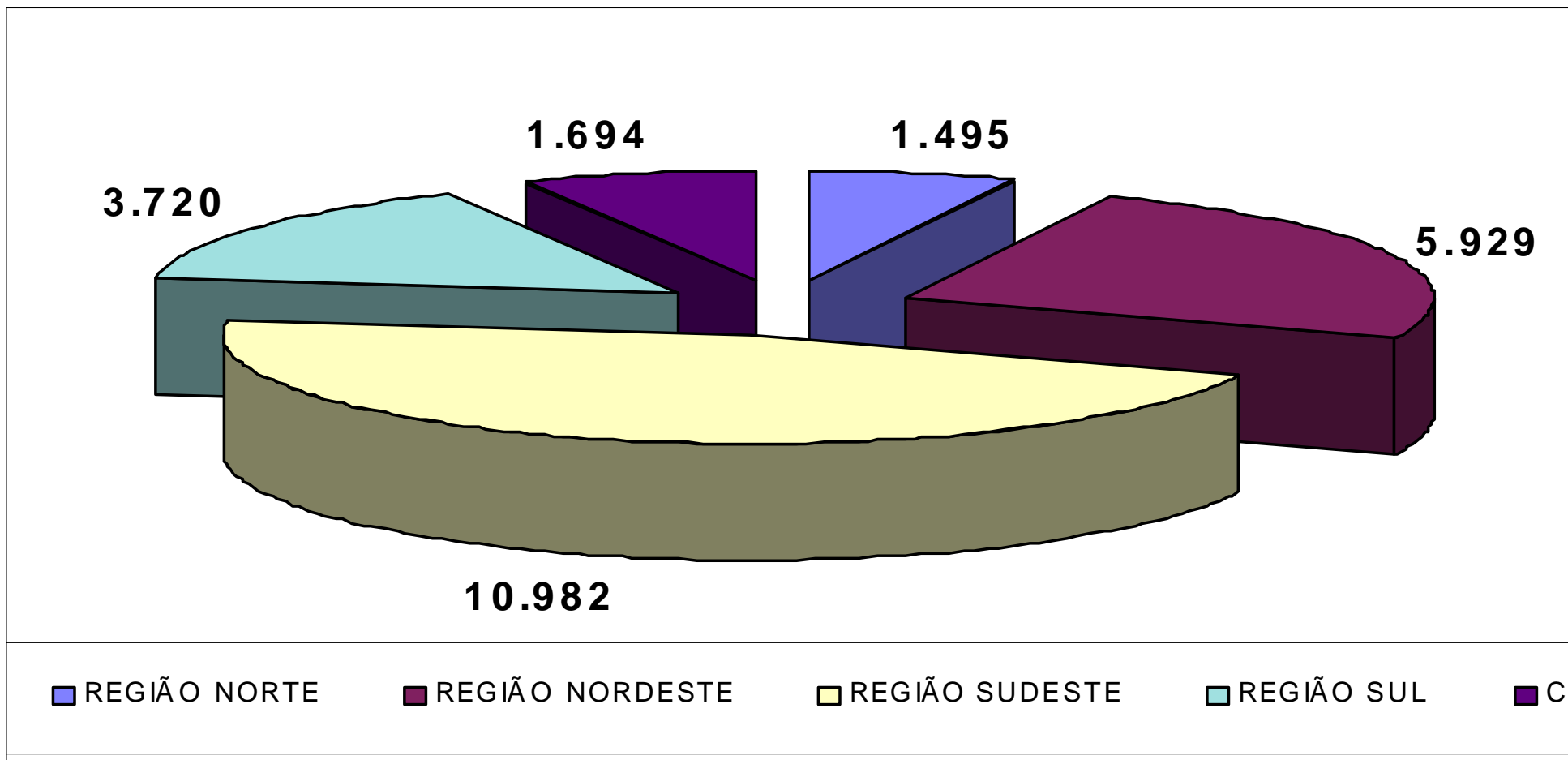




# REGULAMENTAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL 29 APROVADA NA CÂMARA\1

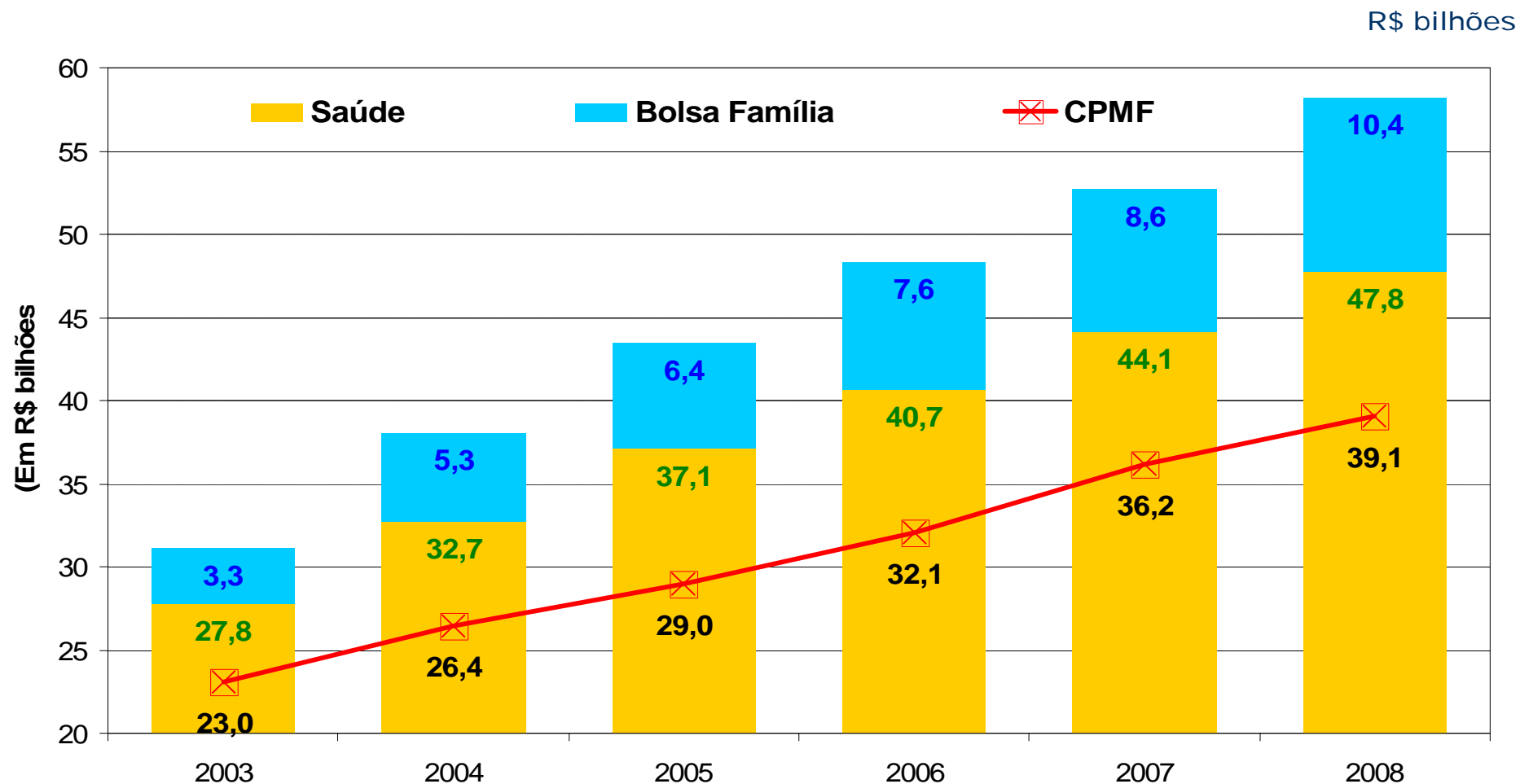
(dados Tabela em anexo)

R\$ milhões





# CPMF é Importante - Financiamento de Políticas Públicas



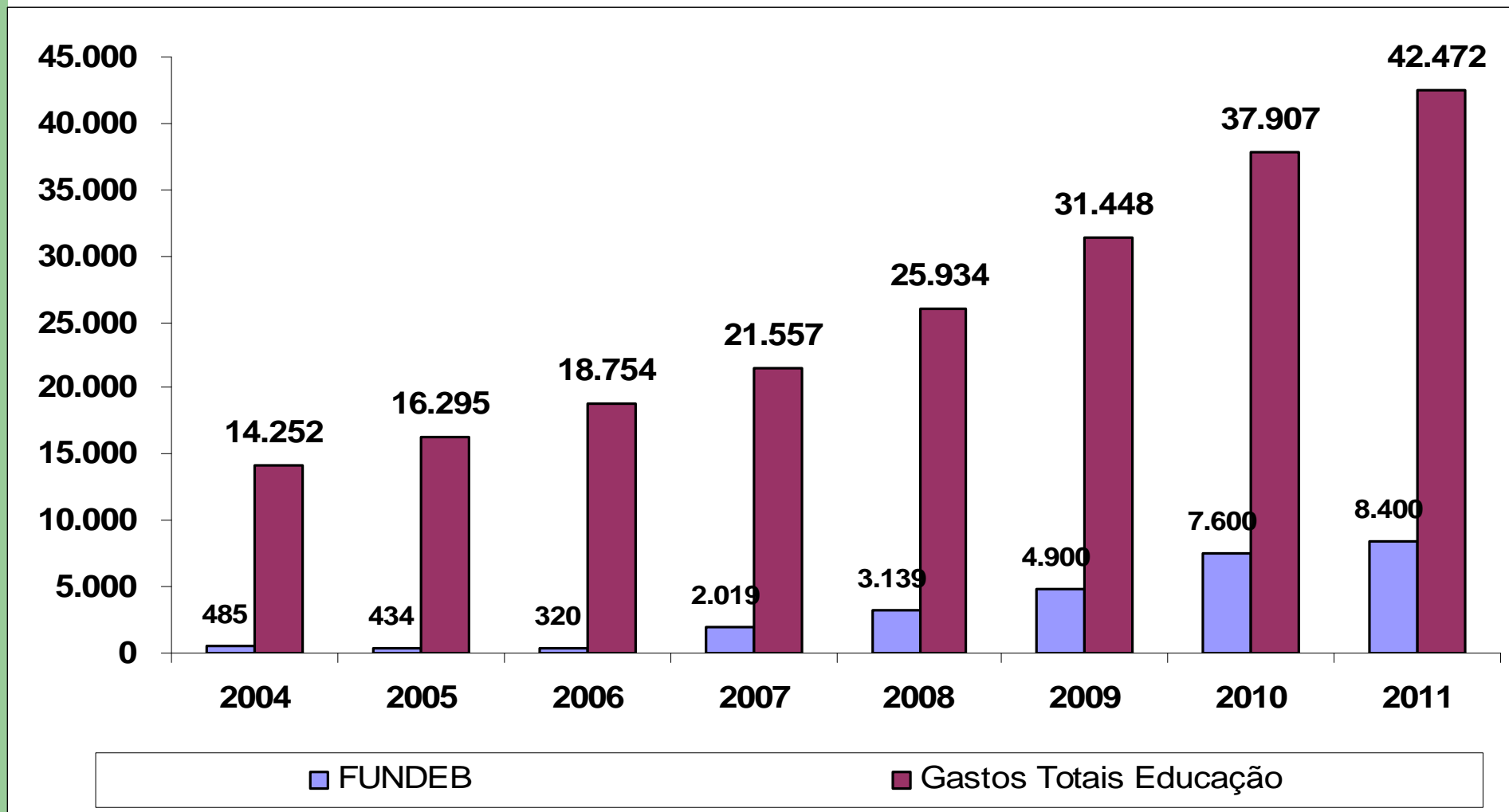
Fonte: Ministério do Planejamento

Elaboração: MF/SPE



## CPMF é Importante – para retirada da DRU da Educação

R\$ milhões



Fonte: Ministério da Fazenda

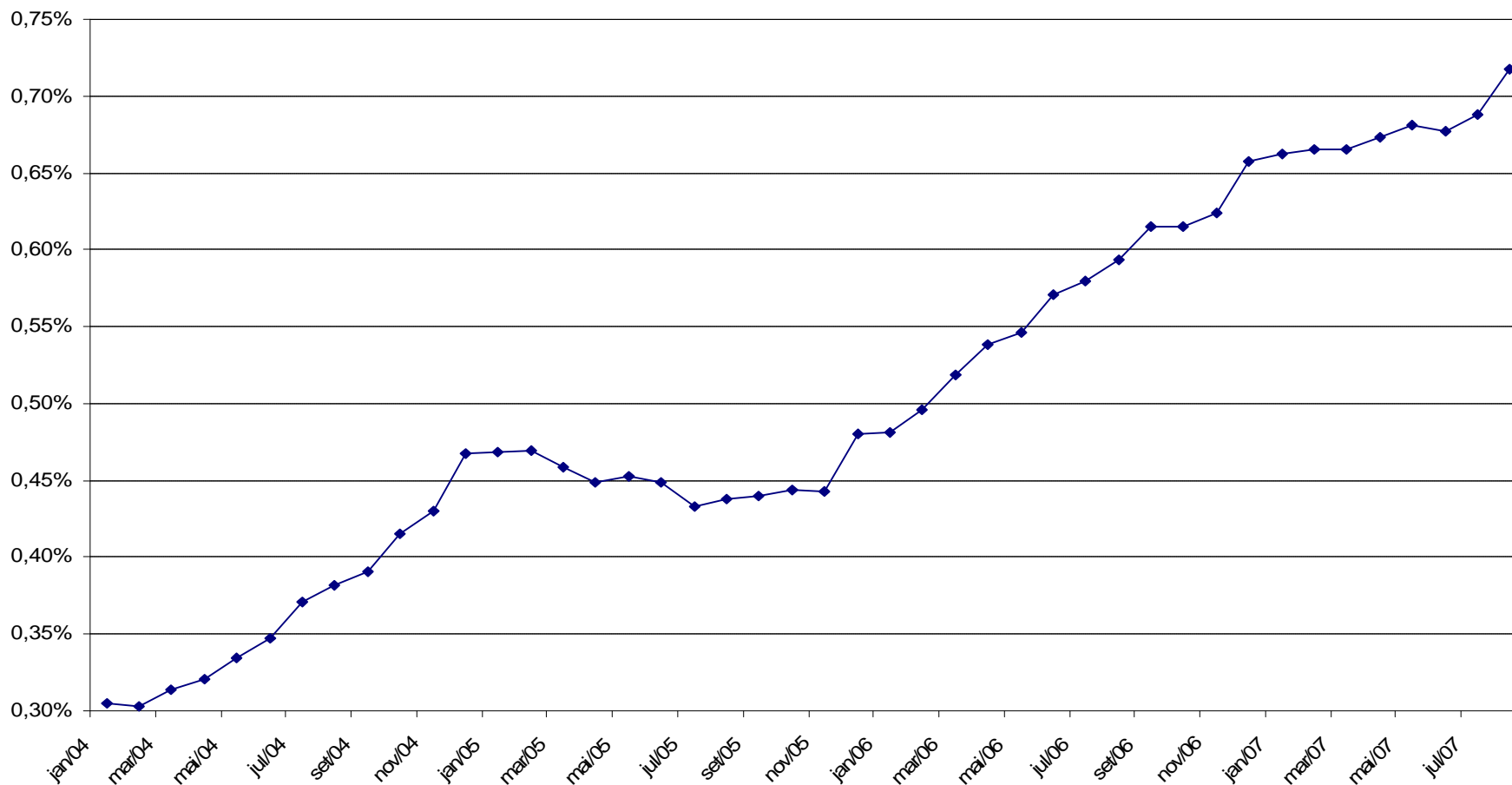
Elaboração: MF



# Investimento Público

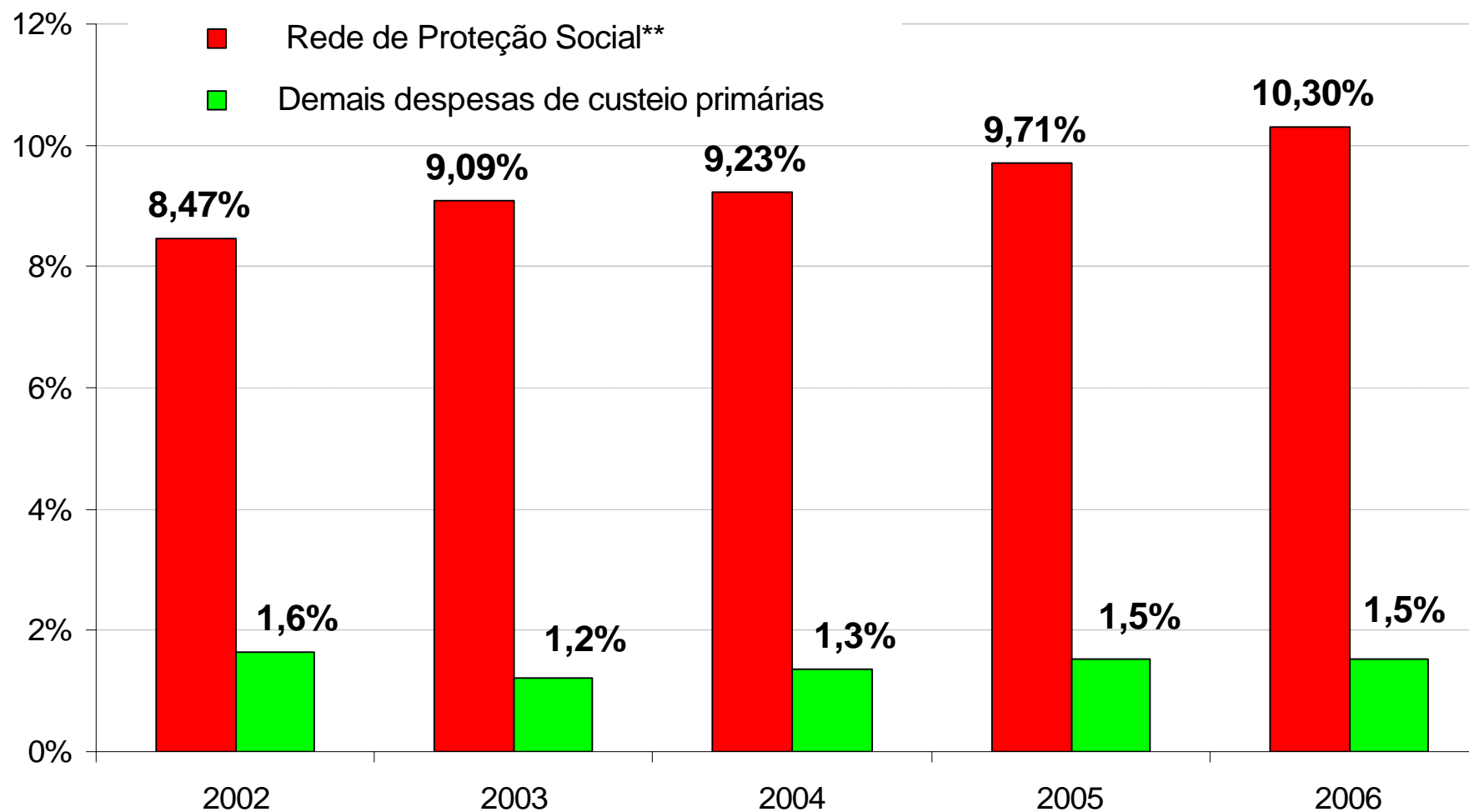
↩ De fato, desde 2004, os investimentos do Governo Central crescem ininterruptamente

**Investimentos do Governo Central**  
(acumulados em 12 meses como %do PIB, no conceito caixa)





- Além da elevação dos investimentos, ano-a-ano o Governo Federal amplia sua Rede de Proteção Social



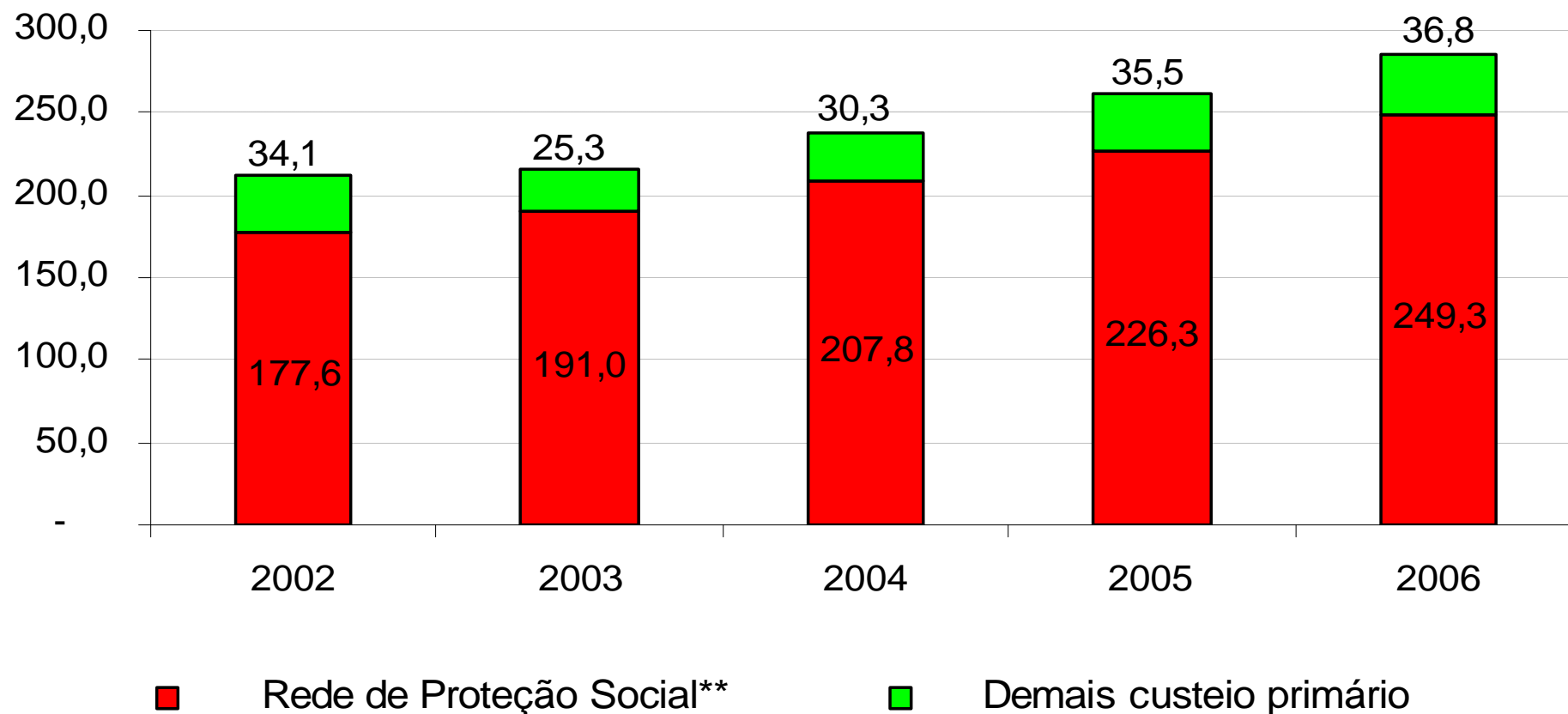
\*/ Critério: empenho liquidado.

\*\*/ Despesas de custeio com Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Educação, Abono e Seguro-Desemprego e demais auxílios



## EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO PRIMÁRIAS DA UNIÃO\*

(preços de agosto/2007)



\*/ Critério: empenho liquidado.

\*\*/ Despesas de custeio com Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Educação, Abono e Seguro-Desemprego e demais auxílios



## Carga Tributária e Desonerações

	Variação (p.p. do PIB)		
	98-02	02-04	04-06
<b>Tributos sobre o lucro</b>	1,1%	-0,3%	0,7%
<b>Tributos relacionados à renda do trabalho</b>	0,0%	0,2%	0,6%
Contribuição previdenciária	0,1%	0,0%	0,5%
Demais	-0,1%	0,1%	0,1%
<b>PIS/Cofins</b>	1,8%	0,7%	-0,2%
<b>CPMF</b>	0,5%	0,0%	0,0%
<b>Demais</b>	0,1%	-0,7%	0,1%
<b>TOTAL</b>	<b>3,5%</b>	<b>-0,1%</b>	<b>1,3%</b>



- O aumento da arrecadação que vem ocorrendo nos últimos anos é resultado:
  - do bom desempenho da economia;
  - aumento do emprego (tributos que incidem sobre a renda do trabalho);
  - aumento do faturamento e do lucro das empresas;
  - formalização;
  - da redução da sonegação e recuperação de créditos.
- A CPMF e outros tributos não são obstáculos para o crescimento da economia;
- A participação da CPMF sobre o PIB praticamente não sofreu variação desde sua criação, demonstrando sua correlação com o nível de atividade econômica (média de 1,39% PIB);
- A CPMF representa cerca de 9% do total da arrecadação administrada pela receita.



## CPMF é Importante para recuperação de créditos

- A recuperação de créditos com a utilização da CPMF em processos de fiscalização ajudou a RFB, entre 2001 e agosto/2007, a lançar R\$ 41,0 bilhões;
- 56% dos créditos tributários de pessoa física (R\$ 15,0 bilhões) foram gerados a partir de movimentação financeira dos contribuintes;
- No caso de pessoa jurídica, o percentual dos créditos foi de 13% (R\$ 26,0 bilhões);



## **Desoneração Tributária 2004 - 2007**

- **Principais objetivos da desoneração:**
  - **Redução dos custos de investimentos e da construção civil;**
  - **Desoneração da cesta básica;**
  - **Ampliação do prazo de recolhimento dos tributos;**
  - **Estímulo a inovação;**
  - **Estímulo a poupança de longo prazo;**
  - **Correção da tabela do IR;**
  - **Lei Geral da Micro e Pequena empresa;**
  - **Total desonerado R\$ 36 bilhões**



# Proposta do Governo

- Repassar para a Saúde o equivalente a 10,74% da CPMF para 2008, 12,99% para 2009, 15,09% para 2010 e 22,01% para 2011;
- Desonerar em parte a pessoa física da CPMF na movimentação bancária;
- Redução da alíquota 0,38% para 0,36%, 0,34%, 0,32% e 0,30 até 2011;
- Fazer outras desonerações no investimento;
- Desonerar a Folha de Pagamentos;



# Anexo



R\$ bilhões

	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>Diferença</b>	<b>Var. (%)</b>
I. Receitas	615,4	682,7	67,3	10,9%
I.1 Administradas exceto RGPS	410,1	448,8	38,7	9,4%
I.2 Contribuição para o RGPS	138,5	157,1	18,6	13,4%
I.3 Demais	66,8	76,8	10,0	14,9%
II. Transf. a Estados e Municípios	101,0	117,1	16,1	16,0%
III. Receita líquida (I - II)	514,4	565,6	51,2	9,9%
IV. Despesas	472,7	515,1	42,4	9,0%
V. Resultado Primário (III - IV)	41,7	50,5	8,8	21,0%

Fonte: Ministério do Planejamento

Elaboração: MF/SPE



← Porém, R\$ 32,5 bilhões (77%) da elevação das despesas do Governo Federal entre 2007 e 2008 resultam da expansão de despesas obrigatórias, que são indisponíveis para remanejamento.

R\$ bilhões

	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>Diferença</b>	<b>Var. (%)</b>
Despesas	472,7	515,1	42,4	9,0%
Obrigatórias	406,0	438,6	32,5	8,0%
Pessoal e Encargos Sociais	118,4	130,0	11,6	9,8%
Benefícios Previdenciários	183,1	198,7	15,6	8,5%
LOAS/RMV/Seguro Desemprego	31,6	34,3	2,7	8,5%
Saúde (exceto pessoal)	39,3	42,5	3,2	8,3%
Fundeb	2,0	3,1	1,1	56,3%
Demais	31,7	30,0	-1,7	-5,5%
Não Obrigatórias	66,7	76,5	9,8	14,7%



← A ampliação de programas prioritários, como o PAC e o Bolsa Família, serão responsáveis pela elevação de quase a totalidade (R\$ 11,7 bilhões) do aumento nas despesas não obrigatórias entre 2007 e 2008.

R\$ bilhões

	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>Diferença</b>	<b>Variação (%)</b>
Despesas não-obrigatórias	66,7	76,5	9,8	14,8%
Prioritárias	41,6	53,3	11,7	28,2%
PAC	15,8	18,0	2,2	14,2%
Bolsa Família	8,6	10,4	1,8	20,5%
Defesa (exceto aeroportos PAC)	5,9	9,0	3,1	51,8%
Justiça (Pronasci)	1,6	3,2	1,6	96,9%
Educação (exceto Fundeb)	9,6	12,7	3,1	31,9%
Outras	25,1	23,3	-1,9	-7,4%

\* Outras despesas de custeio dos ministérios e demais programas não listados nas tabelas anteriores.

**Arrecadação e Destino da CPMF por Estado**

**EXERCÍCIO 2007**

**Em R\$ milhões**

ESTADO E REGIÃO	Arrecadação CPMF <sup>1</sup>	Previdência (fonte 155) <sup>2</sup> A	Fundo de Combate <sup>3</sup> Pobreza (fonte 179) B	Fundo Nacional de Saúde (fonte 155) <sup>4</sup> C	Total destinado CPMF (A+B+C)
		21%	21%	42%	
<b>NACIONAL<sup>5</sup></b>				<b>118,4</b>	<b>118</b>
RONDÔNIA	222,0	33,0	66,8	98,7	198,5
ACRE	87,4	14,7	39,1	50,4	104,2
AMAZONAS	429,5	53,5	159,7	191,8	405,0
RORAIMA	58,2	5,7	23,8	26,6	56,2
PARÁ	797,2	138,2	400,5	461,6	1.000,3
AMAPÁ	80,1	7,8	23,8	45,8	77,4
TOCANTINS	200,2	27,0	71,9	107,8	206,7
<b>REGIÃO NORTE</b>	<b>1.874,6</b>	<b>280,0</b>	<b>785,7</b>	<b>982,5</b>	<b>2.048,2</b>
MARANHÃO	640,6	147,7	551,7	428,0	1.127,4
PIAUÍ	389,5	94,6	268,1	217,9	580,5
CEARÁ	1.004,6	248,7	627,3	600,2	1.476,2
RIO GRANDE DO NORTE	469,6	100,6	204,8	214,4	519,9
PARAÍBA	509,6	126,1	296,6	290,5	713,2
PERNAMBUCO	1.208,5	292,1	621,5	692,9	1.606,5
ALAGOAS	382,2	84,5	240,2	213,8	538,5
SERGIPE	316,7	56,6	137,1	169,8	363,5
BAHIA	2.038,4	448,6	1.007,0	1.068,9	2.524,5
<b>REGIÃO NORDESTE</b>	<b>6.959,7</b>	<b>1.599,5</b>	<b>3.954,3</b>	<b>3.896,3</b>	<b>9.450,1</b>
MINAS GERAIS	3.887,5	817,3	698,6	1.610,7	3.126,6
ESPÍRITO SANTO	622,4	130,3	117,9	296,1	544,3
RIO DE JANEIRO	3.625,4	871,2	297,3	1.535,8	2.704,3
SÃO PAULO	10.315,8	2.210,6	663,8	3.774,9	6.649,3
<b>REGIÃO SUDESTE</b>	<b>18.451,2</b>	<b>4.029,3</b>	<b>1.777,6</b>	<b>7.217,5</b>	<b>13.024,4</b>
PARANÁ	2.235,0	415,2	262,3	929,5	1.607,0
SANTA CATARINA	1.397,8	307,8	84,6	456,4	848,9
RIO GRANDE DO SUL	2.649,9	616,5	269,2	1.058,6	1.944,3
<b>REGIÃO SUL</b>	<b>6.282,6</b>	<b>1.339,5</b>	<b>616,1</b>	<b>2.444,5</b>	<b>4.400,2</b>
MATO GROSSO	509,6	62,5	83,5	198,9	344,9
GOIÁS	1.117,5	130,9	155,5	465,8	752,2
DISTRITO FEDERAL	662,5	94,2	50,2	201,0	345,4
MATO GROSSO DO SUL	440,4	64,1	69,8	247,6	381,4
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>2.730,0</b>	<b>351,7</b>	<b>359,0</b>	<b>1.113,3</b>	<b>1.824,0</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>36.298,1</b>	<b>7.600,0</b>	<b>7.492,7</b>	<b>15.772,5</b>	<b>30.865,2</b>

<sup>1</sup> Valores estimados a partir da arrecadação de 2006

<sup>2</sup> Valores distribuídos conforme o montante por estado dos benefícios pagos (mês de referência out)

<sup>3</sup> Estimativas para os meses de nov-dez/2007 para o montante de recursos do Fundo de Combate a Pobreza

<sup>4</sup> Recursos da fonte 155 constantes da Lei Orçamentária / 2007. Quase a totalidade será destinado as ações Média e Alta

<sup>5</sup> Recursos livres para alocação segundo prioridades do Ministério da Saúde

REGULAMENTAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL 29 APROVADA NA CÂMARA  
 Simulação considerando 100% da aplicação da fonte 155 em Média e Alta Complexidade - MAC  
 No ano 2007, quase a totalidade dos recursos da CPMF/Saúde vão para MAC

Recursos adicionais da SAÚDE

2008-2011

Em R\$ milhões

ESTADO E REGIÃO	Valores adicionais EC/29 CPMF
NACIONAL / 1 (recursos livres)	180,09
RONDÔNIA	150,14
ACRE	76,63
AMAZONAS	291,86
RORAIMA	40,43
PARÁ	702,36
AMAPÁ	69,65
TOCANTINS	163,96
REGIÃO NORTE	1.495,03
MARANHÃO	651,23
PIAUI	331,50
CEARÁ	913,34
RIO GRANDE DO NORTE	326,29
PARAÍBA	441,99
PERNAMBUCO	1.054,31
ALAGOAS	325,26
SERGIPE	258,43
BAHIA	1.626,42
REGIÃO NORDESTE	5.928,77
MINAS GERAIS	2.450,94
ESPIRITO SANTO	450,52
RIO DE JANEIRO	2.336,98
SÃO PAULO	5.744,03
REGIÃO SUDESTE	10.982,47
PARANÁ	1.414,38
SANTA CATARINA	694,50
RIO GRANDE DO SUL	1.610,77
REGIÃO SUL	3.719,65
MATO GROSSO	302,70
GOIÁS	708,77
DISTRITO FEDERAL	305,81
MATO GROSSO DO SUL	376,70
CENTRO-OESTE	1.693,98
TOTAL GERAL	24.000,00

FONTE: Gabinete/ Ministério da Fazenda  
 / 1 Recursos livres para alocação

Recursos adicionais para a Saúde EC/29:

R\$ 24,0 bilhões,  
lembrando que esses valores correspondem aos percentuais da CPMF (10,74% para 2008, 12,99% para 2009, 15,09% para 2010 e 22,01% para 2011), sendo assim este montante está vinculado a sua aprovação.

